

Pequeno Roteiro na África Imensa — IV¹

GUINÉ-CABO VERDE, A UNIÃO DOS PEQUENOS

A viagem teria de ser feita em um DC-3. O percurso de vôo, 500 quilômetros sobre o Oceano Atlântico, partindo de Dacar, no Senegal. Para quem não sabe nadar — mas sabe muito bem que um DC-3 conta, na melhor das hipóteses, com 30 anos sofridos de vida aqui um foi transformado em peça de Museu da Varig e outro, boate no caminho de Ipanema — a ida ao Arquipélago do Cabo Verde soava como uma perigosa aventura. E, em verdade, quando chegava ao aeroporto de Yoff, em Dacar, para numa radiante manhã de sol embarcar no “mosquito” que, por rara coincidência, se apresentava como anacrônico contraste ao Concorde, que em poucas horas faria, na velocidade ultra-sônica, o percurso Dacar-Rio, naquele momento não era um homem tranqüilo.

Os primeiros 15 minutos de vôo foram, realmente, inquietantes. O “cheque” na cabeceira da pista, coisa que os jatos não mais fazem, foi apoteótico: o pequeno avião, com seus pistões e fuselagem sendo exigidos ao máximo, tremia e fazia tremer a tudo no seu interior. Fez-se uma cacofonia onde até mesmo o ruído de algumas galinhas, transportadas em capoeiras, cooperava para tornar o ambiente verdadeiramente insólito. Galhardamente o velho DC-3 suportou o “cheque”, correu pela longa pista, recentemente adaptada para receber o supersônico francês, e alçou vôo contra um céu de esparsas nuvens, sobre um mar de azul profundo. Ali, pensei, já não dava mais pé.

Os minutos fluíram e parece que o ruído do motor se tornou linear e fui-me ocupando com outros pensamentos. Mesmo porque, a meu lado, uma tranqüila senhora fazia um maravilhoso bordado. A alvura da renda e a serena firmeza das mãos que operosamente criavam uma toalha, foi influenciando sobre meu espírito e, então, num relance, dei conta de que, embora longe do Brasil já quase um mês,

¹ Correio do Povo, 6 de junho de 1976.

ainda em plena África, poderia tentar falar com aquela senhora, uma mulata com cerca de 30 anos. E falaria, quem sabe, na minha língua. E tentei.

Era a esposa do embaixador da República do Cabo Verde, em Lisboa. Voltava ao seu país em férias, após uma breve estada no Senegal. Seu marido e filhos já a esperavam na Ilha da Praia, nosso destino imediato. A viagem durou em torno de duas horas e, por todo o tempo, esqueci-me então do ruído do velho DC-3; da falta de pressurização; das bruscas quedas em espaços vazios, pois o prazer de poder novamente conversar em português e, em especial, com alguém com sotaque tão delicioso (os caboverdianos fecham questão: nós é que temos sotaque) assegurou-me a convicção de que, já cansado e saudoso de casa, estava indo para um local que deveria de se revelar como algo de raro e inesquecível.

E quando cinco dias depois, rumo a Bissau, na Guiné, num Boeing 737 da Transportes Aéreos Portugueses, na tranqüilidade da cabine climatizada, do ruído das turbinas lá fora e dos fados que os alto-falantes irradiavam de fundo, saboreando um café à brasileira, realmente tinha certeza de que o Cabo Verde é um lugar para um reencontro sentimental com um povo de origens iguais.

EVENTUAL CAMARADA

O avião desceu na Ilha da Praia, capital do país, independente de Portugal desde 5 de julho de 1975. Creio que não enfrentaria dificuldades se houvesse chegado sozinho. Porém já na estação de passageiros fui apresentado ao embaixador, que fez simplificar o procedimento de entrada no país e, a seguir, levou-me até o hotel onde ficaria apenas durante aquela tarde e noite, viajando na manhã posterior para a Ilha de São Vicente. Contudo, se não tive problemas, recolhi uma grande surpresa. Do momento em que apresentei o “Salvo Conduto” (documento válido para entrar e transitar pelo Cabo Verde, emitido pela Embaixada da Guiné-Bissau, em Dacar), passei a ser permanentemente chamado de “camarada”. Ouvindo pela primeira vez, pela segunda e vendo outras pessoas em volta objeto do mesmo tratamento, concluí que, pela primeira vez, estava num país que seguia o comunismo como modelo. Na escala seguinte, a Guiné, tudo se repetiria.

Na condição, então, de eventual camarada, cheguei à Pousada Beira-Mar, um pequeno hotel em frente ao mar, de onde se avista ao fim de um istmo o farol da Praia. Era domingo e um grupo descontraído de residentes apanhava sol ao abrigo do vento, este companheiro que acompanha os caboverdianos dia e noite, sempre, todo o tempo. Esperavam para o almoço que seria servido em poucos minutos. A um canto um grupo de jovens se preparava para tocar mais uma música. Havia um violão, tamborins e um que devia ser o cantor. Na mesa várias latas de uma cerveja dinamarquesa. Estavam já eufóricos. O ouvido aguçado detectou a presença do recém chegado, no momento a falar com o porteiro. Um dos jovens, logo após, indagou a terceiros, tendo como resposta: é brasileiro. Então vi-me com um violão à minha frente e a ordem imperativa: “o camarada brasileiro vai tocar um samba pra gente”. Numa fração de tempo notei que não havia nenhuma bola de futebol, nem tampouco um campo e, então, arrisquei: não sei tocar violão, apesar de brasileiro (terrível fama a nossa, todos somos notáveis Silvio Caldas); sei jogar futebol (o outro lado de nossas únicas habilidades), o que, em verdade, era uma heresia ainda maior. Apesar disto o violão estava, quente, em minhas mãos, desafiando minha capacidade inexistente. Lembrei-me que trouxera várias fitas cassete com músicas brasileiras. Então este “camarada” conseguiu fazer o que realmente sabe: tocar disco. O ambiente, de extrema cordialidade, fez, efetivamente, sentir-me em casa. Enquanto nossa música tocava em altos brados, conversava com um e outro sobre o “vulto maior da nacionalidade”: Pelé.

O almoço fez-se a seguir, uma bacalhoadada portuguesa, regada com o bom vinho de Ultramar, devidamente precedida da “Cachupa”, a comida nacional do Cabo Verde: uma canjica salgada, com pedaços de carne de porco. Depois do almoço, papos-de-anjo de sobremesa, comecei a inteirar-me de diversos aspectos do país recém independente, mas ligado ao Brasil, entre outros e assinalados fatos, por um que ainda hoje repercute em nossa economia de forma decisiva: a cana-de-açúcar veio parar no Brasil via Cabo Verde.

Em 1456, no momento de sua descoberta por portugueses, as Ilhas de Cabo Verde não eram habitadas. Hoje contam com mais de 200.000 habitantes, ou seja, cerca de 50 habitantes por km². Mas, como certas partes do arquipélago não são habitadas, a densidade populacional real é, muitas vezes, de 200 habitantes por km². A maioria da população é de origem africana e provém da Guiné, donde foi

arrancada pelos negociantes portugueses de escravos para trabalhar nas plantações de tabaco, café, cana-de-açúcar, tanto das ilhas quanto das Américas. Os elementos de origem portuguesa misturaram-se rapidamente com a população africana e integraram-se nesta. Pertencendo a várias etnias e falando línguas diferentes, os caboverdianos criaram e adotaram, como língua comum, o Ciroulo (na Guiné também falam o Crioulo, porém bastante distinto), mas tanto num como noutro caso, em poucos dias de convívio entende-se com facilidade.

Pode-se encontrar nas livrarias da Guiné ou do Cabo Verde, o livro “História da Guiné e Ilhas do Cabo Verde”, editado na cidade do Porto, por edições Afrontamento, isto após a queda de Marcelo Caetano. No livro, mandado publicar pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), reporta assim o arquipélago: “A exploração desenfreada a que os portugueses submeteram a terra em Cabo Verde, principalmente com o cultivo do algodão, índigo e sisal e com a criação de sabras, levou a um rápido empobrecimento do meio e degradação do solo. Além disto, o clima semidesértico é caracterizado por secas freqüentes. Foi assim, graças a um trabalho muito duro que a população caboverdiana conseguiu sobreviver à mediocridade das condições naturais.

“Os colonialistas portugueses — prossegue a obra — nada fizeram para melhorar essas condições. Mas, mais do que na pobreza dos solos ou na falta de chuvas, é no regime da propriedade da terra a causa principal dos males do Cabo Verde. A agricultura é praticamente a única fonte de receita, o único meio de vida. A exploração do sal marinho e da pozolona, a pesca, o comércio, etc., estão nas mãos do capitalistas europeus e de alguns privilegiados caboverdianos, seus intermediários. Na Ilha de Santiago, onde reside a metade da população, 90% dos habitantes vivem unicamente da agricultura. Para a maioria dos agricultores, a área cultivada não ultrapassa um décimo de hectare. Mas, na maior parte dos casos, a terra não lhes pertence: ela é propriedade de grandes proprietários que exigem do camponês rendas elevadas, as quais podem chegar à metade da colheita.

“A miséria e a falta de trabalho obrigaram muitos caboverdianos a emigrarem: seja para o Brasil, seja para o Senegal (cerca de 10 mil em Dacar) seja para a Guiné, São Tomé ou Angola. Só nos Estados Unidos da América há mais caboverdianos e descendentes destes que a população atual do país.”

A publicação, a seguir, toca no aspecto mais sensível da questão Guiné-Cabo Verde: consideram-se os caboverdianos africanos ou não? Diz o livro: “Os colonialistas portugueses tentaram opor os caboverdianos aos africanos do Continente, da mesma forma que eles tentaram opor os africanos de várias etnias entre si. Mas os caboverdianos adquiriram consciência de sua condição de africanos e da comunidade de interesses que os une aos africanos do Continente; eles adquiriram consciência de que pertencem a mesma comunidade, explorados e reduzidos à miséria pelos colonialistas portugueses; eles uniram-se aos seus irmãos da Guiné (terra donde os portugueses deportaram seus avós), pela luta contra o colonialismo português, sob a direção do PAIGC, que foi criado em 1956 por guineanos e caboverdianos”.

CONTRA A UNIDADE

Entretanto, a unidade Guiné-Cabo Verde, como deseja o PAIGC, não é questão pacífica. A cúpula dos dois países é a seguinte: foi líder do PAIGC Amílcar Cabral, assassinado pela PIDE (polícia política portuguesa) em 1972. Com a independência da Guiné assumiu a Presidência da República Luiz Cabral, irmão do morto. Segundo registro histórico, Amílcar Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924, em Bafatá, na Guiné. Porém, antagonistas da unidade insistem em dizer que, tanto Amílcar, quanto Luiz são caboverdianos. E este é um dado muito importante, como se verá logo adiante. O atual presidente do Cabo Verde é Aristides Pereira, nascido na Ilha da Praia; no Cabo Verde. É de pele bem escura, como costumam ser os nascidos nesta ilha. Ele é, também, o secretário geral do PAIGC.

TONS E MEIOS-TONS

Talvez pouca gente saiba, mas existiu, numa cidade do interior gaúcho, 40 anos passados, uma sociedade para as chamadas “pessoas de cor” onde a pacífica, mansa e reiterada ocorrência de um terrível fato era considerada como normal: numa mesma família duas filhas. Uma de pele clara e outra de pele escura. Nos dias de baile, a primeira tinha o direito de se divertir com os jovens mulatinhos da época. A outra, coitadinha, se quisesse ficava numa ante-sala; não entrava no baile.

Pois muitos dos problemas que entravaram a pretendida unidade Guiné-Cabo Verde, irão esbarrar, exatamente, na questão dos tons e dos meio-tons. Os caboverdianos, por mulatos, receberam mais benefícios dos portugueses, a ponto de serem oficialmente considerados cidadãos portugueses, a passo que os guineanos, pretos, bem pretos, eram considerados simples indígenas. E esta diferença de nuances da pele existe no próprio Cabo Verde, onde os nascidos na Ilha da Praia, capital do país, são comumente os mais escuros, por uma questão de tipo de imigração e colonização.

A publicação “L’Année Politique Africaine”, já referida em reportagem anterior, tratando dessa questão esclarece: “Embora o PAIGC reivindique, por razões étnicas e históricas o Cabo Verde como parte da nova República, tanto portugueses, quanto caboverdianos, contestam tal pretensão assegurando que os escravos pioneiros tanto partiram da Guiné, quanto do Senegal, da Gâmbia ou da Guiné-Konakry, os quais poderiam, também, ter as mesmas pretensões. Por outro lado — diz a publicação — a administração portuguesa se fez na região, através de caboverdianos. Isto significa, em termos práticos, que de longo tempo a Guiné tem sido uma colônia de um Cabo Verde colossal, que se valia de seus funcionários e seus aventureiros. Embora que, no início do século, Portugal tenha se interessado em conquistar o interior da Guiné, também valeram-se de seus prepostos caboverdianos, os quais eram considerados como cidadãos portugueses, ao passo que os guineanos eram simplesmente indígenas. Por conseqüência, os melhores cargos da administração, os postos de comércio, tudo recai nas mãos dos ilhéus, ao passo que as funções sempre mais humildes é que estavam disponíveis para os guineanos. Por via natural, os caboverdianos passavam por arrogantes e agentes da exploração lusa. Assim, embora nascidos na África, os caboverdianos se sentem rejeitados por aqueles a quem reivindicam um tratamento de irmão”. Diz, ainda, a publicação: “Ao tempo em que imperavam os portugueses, estes se esforçavam por fazer notórias tais contradições, especialmente entre os integrantes do PAIGC, onde a elite dirigente era caboverdiana ao passo que o grosso da tropa era guineana.”.

Próxima reportagem: Cabo Verde-Guiné, questão econômica.